



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 5ª
(QUINTA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
DE 09 DE FEVEREIRO DE 2011.**

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Liliane Roriz a secretariar os trabalhos da Mesa.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Leitura da ata da sessão anterior.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

DEPUTADA LILIANE RORIZ – Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa. e dá por lida e aprovada sem observação a seguinte:

- Ata da 4ª Sessão Ordinária.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – O Expediente lido vai à publicação.
(Expediente publicado no Suplemento do DCL nº 41, de 02/03/2011, juntamente com a ata sucinta da 5ª Sessão Ordinária.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	3

2.1



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ASSESSORIA DE PLENÁRIO E DISTRIBUIÇÃO

DATA 09 | 02 | 2011

VERIFICAÇÃO DE QUORUM

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS
6ª LEGISLATURA - 1ª SESSÃO LEGISLATIVA- 2011/2014

DEPUTADO (A)	PART.	PRESENTE	AUSENTE	LICEN.
AGACIEL MAIA	PTC	X		
AYLTON GOMES	PR	X		
BENEDITO DOMINGOS	PP	X		
BENÍCIO TAVARES	PMDB		X	
CELINA LEÃO	PMN		X	
CHICO LEITE	PT	X		
CHICO VIGILANTE	PT	X		
CLÁUDIO ABRANTES	PPS		X	
CRISTIANO ARAÚJO	PTB		X	
DR. MICHEL	PSL	X		
ELIANA PEDROSA	DEM		X	
EVANDRO GARLA	PRB	X		
JOE VALLE	PSB	X		
LILIANE RORIZ	PRTB	X		
LUZIA DE PAULA	PPS	X		
OLAIR FRANCISCO	PTdoB	X		
PROFESSOR ISRAEL BATISTA	PDT		X	
RAAD MASSHOU	DEM		X	
REJANE PITANGA	PT	X		
RÔNEY NEMER	PMDB		X	
WASHINGTON MESQUITA	PSDB		X	
WASNY DE ROURE	PT		X	
WELLINGTON LUIZ	PSC	X		
PATRÍCIO	PT		X	
TOTAL		13	11	


SECRETÁRIO DEPUTADO (A)



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

PRESIDENTE (DEPUTADO DR. MICHEL) – Informo que muitos dos ausentes encontram-se na Presidência porque, neste momento, está havendo uma reunião convocada pelo Presidente, com os Líderes dos Blocos, sobre as comissões.

Como há *quorum* regimental, dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós estamos acompanhando há pouco mais de um mês, Deputado Evandro Garla, uma mulher na Presidência do Brasil. E, para aqueles que duvidavam da capacidade da Ministra Dilma ou diziam que ela era uma sombra do Presidente Lula, todas essas teorias caíram por terra.

Na verdade, Deputado Agaciél Maia, a nossa Presidente Dilma Rousseff está orgulhando a todos nós brasileiros, mostrando efetivamente a capacidade política e gerencial de uma mulher, Deputado Joe Valle. Uma mulher com determinação, uma mulher com coragem, uma mulher que não tem medo de fazer as coisas e que dá rumo a um governo para administrar um país da complexidade do nosso.

A nossa Presidenta Dilma determinou à Ministra do Planejamento e ao Ministro da Fazenda, que daqui a pouco vai anunciar ao País, um corte de algo em torno de 50 bilhões de dólares no Orçamento. A verdade é que o Congresso Nacional brasileiro fez um Orçamento malfeito. A verdade é que superfaturaram o Orçamento brasileiro, criaram uma expectativa que não existia e agora a Presidenta faz essa determinação. Esses cortes serão anunciados. É uma atitude corajosa, porque, para fazer o corte, S.Exa. se baseou principalmente nas emendas parlamentares.

Existem muitos governos que têm medo de mexer em emenda parlamentar. E a verdade é que a Presidenta Dilma tem coragem, tem determinação e toma medidas corajosas, que têm de ser aplaudidas por toda a nação. S.Exa. dá demonstração clara e objetiva da determinação, da coragem que as mulheres têm neste País, do quanto as mulheres estão preparadas para dirigir os destinos da nação brasileira. Pena que só agora uma mulher assumiu a Presidência. Talvez, se tivesse assumido há muito mais tempo, as coisas hoje estivessem até melhores.

Então, eu quero aqui aplaudir as medidas que a Presidenta Dilma está tomando, Deputado Evandro Garla, e dizer que são medidas corajosas que precisam contar com o apoio do conjunto da sociedade brasileira.

Agora, o que é lamentável é que neste País ainda há gente que não sabe perder eleição — é o caso do Sr. José Serra. Ele deveria ficar recolhido pelo menos uns 90 dias, isso é o bom-senso que manda, ficar quieto enquanto a Presidenta



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

governa. Mas o que ele faz? Turbinado agora pelo Senador Itamar Franco, Deputada Rejane Pitanga, vai ao Congresso Nacional, segundo ele, para dar lição de como aplicar sua política de salário mínimo de R\$ 600,00 (seiscentos reais). Nós do PT não gostaríamos de pagar R\$ 600,00 (seiscentos reais) não! Nós gostaríamos de seguir o salário mínimo do DIEESE. Infelizmente não é possível, e é preciso assumir perante a nação que não é possível.

Agora, era preciso que o Sr. José Serra tivesse a humildade de reconhecer que essa tese dele foi derrotada nas eleições. Ele perdeu a eleição defendendo essa tese. Portanto, lá na minha terra, no meu querido Maranhão, diz-se que, quando você perde uma tese, você coloca a sua violinha no saco e vai cantar em outra freguesia. Isto é o que deveria estar fazendo o Sr. José Serra – ou cuidando dos conflitos internos do partido dele ou não aparecendo agora. Quer dizer, um derrotado, um perdedor, quer dar lição à nossa querida Presidenta Dilma Rousseff de como se governa o Brasil. É muita petulância, é um negócio completamente inimaginável.

Como é que eu perco as eleições e, em menos de 60 dias depois, apareço, Deputada Eliana Pedrosa, querendo dar lição de como é que se governa? Eu acho que, no mínimo, o Sr. José Serra teria que se render às evidências e aos fatos de que a sua tese não prosperou. Então, teria, Deputado Rôney Nemer, que buscar outras teses, porque a dele foi derrotada. O Serra perdeu! Agora, ele fica querendo vir ao Senado Federal dar lição de governabilidade. Se ele queria vir ao Senado dar lição de governabilidade, deveria ter sido candidato a Senador, não a Presidente da República. No caso da Presidência, ele perdeu.

Eu acho que a humildade, em certos casos, faz muito bem, e o Sr. Serra deveria tomar uma dose de humildade, verificar, repensar a vida. É a segunda derrota para Presidente, não é pouca coisa. Deveria redirecionar o caminho. Se o Presidente Lula não tivesse feito isso, nunca teria chegado à Presidência. Lula perdeu a primeira, perdeu a segunda, redirecionou o caminho e ganhou a terceira eleição. Era o que deveria estar fazendo o Sr. Serra, e não querendo atrapalhar a governabilidade da nossa querida Presidenta, da nossa companheira Dilma Rousseff, mulher de fibra, que mostra o quanto a mulher brasileira está preparada para dirigir os destinos desta Nação.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, prezados colegas, imprensa, galeria, meu boa-tarde. Eu gostaria de aproveitar esta fala de liderança do meu bloco para fazer um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	6

apelo que penso ser de interesse da nossa sociedade e de todos os Parlamentares desta Casa.

No mês de janeiro, tive a oportunidade de participar, junto com o Deputado Chico Vigilante e com o Deputado Joe Valle, de um seminário organizado pelo SEBRAE e pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal. Um dos principais objetivos desse seminário era acelerar a votação de um projeto de lei do Executivo que tramitava nesta Casa, para que pudéssemos trazer para o Distrito Federal a regulamentação da lei das micro e pequenas empresas.

O Governo do Distrito Federal – ontem foi lida uma mensagem aqui – retirou todos os projetos anteriores em tramitação e não fez nenhuma ressalva, Deputado Chico Vigilante e Deputado Wasny de Roure. Então, o projeto das micro e pequenas empresas também foi retirado. Como eu sei que é do interesse do Governo, que é do interesse de todos nós apoiarmos as micro e pequenas empresas, aquelas que hoje no Brasil efetivamente são as que mais empregam e movimentam a nossa economia, peço ao Governo que mande de volta o mais rápido possível esse projeto à Câmara Legislativa do Distrito Federal. Esse é o pedido do Bloco Avanço Democrático.

Aproveito também, Deputado Chico Vigilante, para fazer um elogio à Presidenta Dilma. Não votei na Presidenta, mas S.Exa. tem me surpreendido positivamente, não apenas por ser mulher, mas, tenho certeza, por sua experiência e por sua bagagem. Espero que S.Exa. sempre demonstre aos brasileiros essa condição de líder, que se posiciona com austeridade, com trabalho e com competência.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Aylton Gomes.

DEPUTADO AYLTON GOMES (Bloco PR/PP/PTB/PSDB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, querida imprensa, amigos presentes, mais uma vez peço desculpas em relação a minha fala. Fiz uma cirurgia na boca.

Eu não poderia deixar de vir usar este espaço de liderança neste bloco ativo. Fui surpreendido, como vocês, pela mídia. O *Correio Braziliense* publicou uma matéria que trouxe uma profunda dor, principalmente para nós que somos pais – eu sou pai de uma criança de dez, de uma de oito e de uma de três anos. Ontem Brasília perdeu mais um de seus filhos. Um casal, que se preparou por quinze anos, com dificuldade, para ter um filho, perdeu sua única filha, que estava com dois anos, de uma forma que não nos cabe julgar, não nos cabe apontar quem errou, quem falhou. A verdade é que uma criança de dois anos se afogou em uma piscina, dentro de uma escola, com os monitores, com os professores, que, com certeza, estão abalados, estão doloridos neste momento.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	7

Em 2007, apresentei nesta Casa um projeto que dispõe sobre normas de segurança. Esse projeto determina que todo órgão, até os condomínios, que tenha piscina seja obrigado a contratar um salva-vidas, uma pessoa que fique fora da piscina observando as ações. Por mais preparado que o profissional esteja na lida, no cuidado da criança, ela nos cega. A criança tem uma pureza, tem ações que só ela e Deus sabem como é. E essa criança, em um ato impensado, com certeza, conseguiu se desvencilhar do grupo, dos seus monitores, foi para uma piscina sem entender o risco e veio a falecer.

Em 2008, assumi a Administração de Planaltina. Esse projeto foi aprovado, vetado pelo Governo, e esta Câmara manteve o veto. Faço um apelo aos Deputados Wellington Luiz, Cristiano Araújo, Agaciel Maia, Joe Valle, Chico Vigilante, Rejane Pitanga, ao Bené, que está presente, e a essa Deputada, por quem tenho um carinho especial e que com certeza lida com crianças – S.Exa. sabe do que estou falando –, para que, ao verem reapresentado esse projeto, avaliem com carinho essa matéria, porque, se esse veto não tivesse sido mantido em 2008, talvez essa escola tivesse um salva-vidas e isso talvez tivesse mudado o rumo desse acontecimento. Se a escola, ou qualquer outro órgão, fosse obrigada a ter um salva-vidas para observar essas ações, essa criança poderia ter sido salva.

De 2004 para cá, perdemos seis vidas em espelhos d'água e em piscinas. A criança não tem noção de segurança e cabe a nós, que temos, ter esse zelo, esse cuidado. Faço esse apelo a esta Casa, Deputado Professor Israel Batista, V.Exa. que é um professor e, com certeza, lida com seus filhos com muito carinho.

Sei da dor que esses monitores e professores desta escola estão sentindo. Quero compartilhar dessa dor como pai de uma criança de três anos. Imagino a dor que eles estão passando, mas a gente só sente mesmo quando está na pele da pessoa. Apelo a esta Casa para que, na apresentação desse projeto, as comissões possam avaliar com carinho essa norma de segurança que obriga toda instituição que faz uso de piscina, todo condomínio que tenha a presença de crianças em suas piscinas a ter um profissional específico, formado pelo órgão competente, o Corpo de Bombeiros, para observar, com atenção máxima, as crianças no seu banho, na sua diversão.

É um assunto que não traz felicidade. É um assunto que traz insatisfação? Traz. Traz muita dor. Não podemos deixar que esse projeto seja uma vez mais rejeitado. Que esse projeto seja aprovado aqui nesta Casa!

Agradeço a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Professor Israel Batista, V. Exa. gostaria de fazer uso da palavra como Líder?

Concedo a palavra ao Deputado Joe Valle, pela liderança do Bloco da Renovação Democrática Popular.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	8

DEPUTADO JOE VALLE (Bloco da Renovação Democrática Popular. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde a todos, Sras. e Srs. Deputados, imprensa, em nome do nosso bloco, eu gostaria de agradecer todos os espaços que são disponibilizados para que possamos trabalhar melhor. Quero reforçar o pedido da Deputada Eliana Pedrosa e lembrar que nós hoje somos o único estado da federação que não tem a lei das pequenas empresas. Acho que está mais do que na hora de podermos votar e aprovar essa lei, Deputado Patrício, porque são as microempresas e as pequenas empresas as que mais empregam na nossa cidade. Então, eu queria reforçar, em nome do nosso bloco, esse pedido, para que o Governo faça essa ressalva. Sei que o Deputado Chico Vigilante já está tomando as providências, mas essa é uma matéria de total importância para a nossa cidade.

Quero lembrar, também, um fato extremamente relevante. O Distrito Federal possui uma área rural muito importante. Mais de 50 mil empregos são gerados na área rural do Distrito Federal. A maior pauta de exportação do Distrito Federal advém da área rural. Só na área de hortifrutigranjeiros há 30 mil empregos diretos e indiretos sendo gerados. Toda a parte ambiental e de potencial de água que é reservada para o Distrito Federal nasce e está na área rural do DF. E, hoje, vivemos uma insegurança institucional tremenda pela falta de documentação da terra. Sei que esse é um fato comum nas cidades do Distrito Federal, pela ocupação desordenada que aconteceu ao longo dos tempos. Inclusive, quero relembrar que o nosso Deputado Wasny de Roure, ontem, aqui, com muita propriedade, na defesa de um templo religioso na área de Vicente Pires, falou sobre a importância de levarmos em consideração todo o processo de ocupação desordenada, para que se legalizem essas áreas e não se retirem essas pessoas de forma inconsequente. Agora, imaginem vocês: em um programa importante para Brasília, pessoas foram trazidas de outros estados, foram assentadas na terra, tiveram as condições necessárias para produzir e garantir o abastecimento do Distrito Federal, e agora, depois de 30 anos instaladas e mantendo as suas áreas como rurais, são retiradas! Essas pessoas, inclusive, moraram embaixo de lona, e, hoje, estão estabelecidas como produtores rurais nesta cidade. Não temos condições de dar a segurança para que essas famílias continuem vivendo no campo. Deputado Agaciel Maia, essa é a situação de Brasília. Apesar de batermos todos os recordes de produtividade e de trabalharmos com gestão socioambiental na maioria das propriedades rurais do Distrito Federal, não temos o documento da terra. Está tudo pronto, negociado, fruto de uma lei federal, da consciência do nosso Presidente Lula, que teve a coragem de assinar essa lei. Todos os documentos estão na Terracap, tudo pronto, precisando apenas da votação do Conselho.

Então, faço um apelo aos Colegas no sentido de que, nesse entendimento, possamos participar da audiência pública que acontecerá nesta Casa, no dia 15, às 10h, para tratar desse assunto. Tenho certeza de que todo o nosso bloco estará presente, mas quero convidar todos os colegas, por se tratar de um assunto extremamente importante para esta cidade, que é fazer com que a área rural do



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	9

Distrito Federal permaneça como área rural e que tenha a sua destinação para produzir alimentos e abastecer a nossa Capital.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o Governo do Distrito Federal, na discussão de estabelecer a saúde como tema relevante e prioritário no processo de recuperação das instituições públicas e das políticas públicas no Distrito Federal, encaminhou um projeto de lei que não apenas contempla a ampliação do quadro da Secretaria ao longo dos quatro anos, que chegará ao número de 11.730 cargos, como também regulariza em torno de 456 cargos já contratados dentro da Secretaria de Saúde.

Em vista disso, o Governo apresentou outro projeto de crédito especial para poder fortalecer, em primeiro lugar, a manutenção das chamadas UPAs, que são unidades criadas já no Distrito Federal, em fase de abertura em nossa cidade. Em segundo lugar, abre um dispositivo orçamentário no sentido de fortalecer as negociações do Governo do Distrito Federal na perspectiva de integrar o projeto do Governo Federal denominado "Rede Cegonha", no qual Brasília receberá a primeira unidade materno-infantil na cidade de Ceilândia.

O Governo do Distrito Federal, articulado com o Ministério da Saúde e com o Hospital Universitário de Brasília, que recebeu um conjunto de equipamentos sem absoluta condição de instalá-los, também destina recursos com a finalidade de se construir uma unidade para implantação desses equipamentos. É uma unidade que tem uma particularidade de engenharia que protege, sobretudo, a população em derredor da irradiação com um aditivo da maior importância. Um equipamento desses, que é extremamente oneroso aos cofres públicos, não terá apenas dois expedientes, e sim três expedientes. O Governo está, por meio da Secretaria de Saúde, dialogando com o Hospital Universitário de Brasília, que é uma unidade do Governo Federal patrocinada pelo Ministério da Saúde, para que esta unidade esteja voltada ao Sistema Único de Saúde em três turnos. Portanto, a aprovação desses dois projetos é de extrema importância no processo da reorganização da Saúde no Distrito Federal.

Eu faço um apelo aos Srs. Deputados para que tenhamos um rápido diálogo, em face dos entendimentos das assessorias, no sentido de votarmos essas duas matérias ainda hoje. Apesar de não termos as comissões ainda definidas e escolhidas, tivemos já, por dois dias, a oportunidade de debater longamente esses dois projetos, inclusive com contribuição da Deputada Eliana Pedrosa, que apresentou uma emenda e a abriu para ser coletivizada com todos os Deputados.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	10

Nós iremos colher a assinatura dos Deputados para que o projeto de criação de cargos seja aperfeiçoado e possa, ainda hoje, nesta sessão, ser votado, para firmar um compromisso de resgate da saúde pública por meio do Governo Agnelo Queiroz.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Quero registrar a presença em plenário do Exmo. Sr. Secretário de Estado de Trabalho do Distrito Federal, Glaucio Rojas, e do Exmo. Sr. Secretário de Planejamento de Porto Alegre, Márcio Bins Ely. Sejam bem-vindos a esta Casa de leis.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, por cinco minutos, pela liderança do bloco PSL/PTC/PMDB/PSC.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, meu objetivo aqui, Presidente Deputado Patrício, é fazer um apelo à Mesa e a V.Exa. para que coloque a nossa *TV Câmara* o mais rápido possível no ar para que a população de Brasília possa avaliar o trabalho de cada um de nós. É muito importante que o sistema de comunicação da Casa esteja funcionando. Nós sabemos e temos essa experiência pioneira que foi feita no Senado. Grande parte da população achava que o Senado brasileiro tinha sido criado na Constituição de 1988, quando, na realidade, o Senado brasileiro funcionou pela primeira vez no dia 26 de maio de 1826.

É muito importante para a população de Brasília não só a TV por assinatura, mas também o canal analógico, seja através do sistema UHF ou das parabólicas, para que, inclusive a população da área rural, Deputado Joe Valle, possa assistir à atuação dos seus candidatos, defendendo ou não o interesse de cada área. É ruim para a Casa ficar sempre na versão de quem escreve, de quem noticia. É importante que as pessoas saibam a versão real, que assistam à *TV Distrital* e saibam o que cada Deputado está fazendo aqui dentro: se está faltando, se está votando contra, se está votando a favor, pois também tira a responsabilidade de cada um e dá transparência à atividade da Casa. Eu acho que é fundamental para o resgate da imagem da Câmara Legislativa, pois é muito fácil falar de parlamento. Não é assim aqui em Brasília, não é assim no Congresso Nacional. Eu visitei vários Congressos dos Estados Unidos e, com exceção de Nebraska. Todos os estados lá são bicamerais. Geralmente, os governadores daqui reclamam que é difícil tratar com as assembleias legislativas, com a Câmara Legislativa. Imaginem nos Estados Unidos, em que a matéria tem que passar pela Câmara e pelo Senado, pois há Senado em nível estadual também, além do Senado nacional!

Que essa função do sistema de comunicação seja também através de rádio, seja através de um jornal noticioso que não se prenda ao jornal oficial, que é o Diário da Câmara, pois isso dá uma transparência e possibilita à população fazer uma avaliação mais precisa de cada Parlamentar. Nós sabemos que existem Parlamentares de formações acadêmicas diferentes, de diferentes regiões do Brasil,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	11

de religiões diferentes, e cada um pensa de uma maneira. Quem tem que avaliar os Parlamentares é a população, de quatro em quatro anos, e não quem escreve sobre a Câmara Legislativa. É quem irá assistir, no dia a dia, às nossas atividades.

Então, faço um apelo a V.Exa. e à Mesa Diretora desta Casa que façam um esforço para que coloquemos a *TV Distrital* o mais rápido possível no ar.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Somente para esclarecer a V.Exa. Nós tínhamos nesta Casa um sistema de *TV Distrital* contratado em caráter emergencial e que foi encerrado. Houve o início de uma licitação, que foi acionada na Justiça por um dos participantes do processo licitatório. A nova Mesa Diretora já determinou o cancelamento dessa licitação e a preparação de um novo projeto básico, para que, o mais rápido possível, a licitação seja concluída e a *TV Distrital* volte a funcionar, dando, assim, mais transparência às atividades parlamentares.

Também está em processo de licitação o novo *site*, o portal da Câmara Legislativa, para que haja mais interatividade entre os cidadãos, os Parlamentares e os servidores desta Casa. Tudo isso visando maior transparência. A Mesa Diretora está primando sempre pela questão da licitação, para que tudo seja feito com a maior transparência possível e esta Casa não caia, momento algum, em qualquer suspeição.

Eu gostaria de dizer que a solicitação de V.Exa. é muito pertinente.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. assessores, na realidade, eu venho a esta tribuna para falar de um tema que tem, de alguma sorte, deixado em aflição uma comunidade, Sr. Presidente, especificamente a comunidade de Arniqueira, Águas Claras, e do Areal, especialmente.

Eu me refiro ao albergue que está ali há anos, mas que tem levado àquela comunidade uma série de problemas.

São inúmeros os registros com anotações policiais, deixando a população extremamente insegura. O que fizemos – o Deputado Olair Francisco e eu –? Fomos colher dados para propor uma comissão geral – melhor que audiência pública porque, Deputado Wellington Luiz, Deputado Agaciel Maia, é uma sessão como esta, em que podem participar todos aqueles envolvidos da comunidade. Inclusive, o administrador José Júlio me ligou algumas vezes acerca do tema. São inúmeros os



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	12

moradores e moradoras que têm me ligado. Com essa comissão geral, daremos a oportunidade para que todos os envolvidos se manifestem, aqueles que defendem a permanência, se existirem, e aqueles que compreendem que deve haver o deslocamento para áreas próprias – parece-me que já há quatro delas em licitação pela pesquisa de que tivemos notícia.

O fato é que precisamos fazer o que esta Casa tem por missão: abrir o debate. Não é contestar por contestar, não é contraditar sem apresentar alternativas, mas fazer o debate com as autoridades competentes, com a Secretaria de Desenvolvimento Social, que tem uma autoridade no assunto, e, a partir desse debate, Deputado Evandro Garla, encaminharmos uma alternativa.

Nós, o Deputado Olair Francisco e eu, discutíamos que o que não podemos fazer é “ouvido moco”, como se diz na gíria; não podemos deixar de fazer aquilo que a população confiou que faríamos: dar alternativas com a oportunidade do debate; sem querermos, evidentemente, ser proprietários da verdade.

Então, eu quero anunciar que no dia 24, uma quinta-feira, o povo, fundamentalmente o povo da comunidade, aqui, sem colorações partidárias, independentemente do credo, enfim, estará defendendo a sua comunidade, fazendo o debate com os Parlamentares e as Parlamentares. Essa alternativa precisa ser de autoria de todas as Parlamentares e de todos os Parlamentares, não pode ser apenas do Deputado Olair Francisco, do Deputado Chico Leite, do Deputado Rôney Nemer, que também é um entusiástico da causa e um dos proponentes, ou do Presidente, Deputado Patrício, que ofereceu sua assinatura juntando-se à luta.

Sr. Presidente, eu também queria me referir ao tema a que o Deputado Chico Vigilante está dedicado, e verifiquei que a Deputada Eliana Pedrosa também, que é a “velha nova” lei geral das micro e pequenas empresas.

Toda vez que se faz um debate sobre criação de emprego, geração de renda, precisamos estar atentos, porque é assim que faremos o Distrito Federal crescer. Nós temos essa oportunidade. Temos, inclusive, Deputado Joe Valle, vocação para alguns setores industriais, a chamada indústria limpa. Temos muita vocação. Propusemos a CPI, porque pegaram um setor desses e fizeram o pior com o dinheiro público, escorrendo aí, sabe-se lá para onde! E temos a oportunidade de, com essa lei, como o nome já diz, geral, com essa possibilidade de normatização, apoiar todos aqueles que querem produzir e todos aqueles que querem, por isso, dar emprego e nos ajudar no combate à violência, à desigualdade social. Esta Casa precisa ter esse papel!

Lembro-me de que no passado, Deputado Cláudio Abrantes, lutei muito por isso. Tivemos uma série de problemas na Casa e não tínhamos a oportunidade de levar adiante, Deputada Rejane Pitanga. Lembro-me de que, ainda em outros anos, assim que debatidos no cenário federal, nós também, como entusiastas, olhamos para outros polos e vislumbrávamos a possibilidade de fazer isso aqui. Nós temos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	13

uma vocação, Deputado Joe Valle – V.Exa. que vem de lá –, para a indústria da informática, para a indústria do turismo, temos uma vocação muito grande para isso.

O Deputado Agaciel Maia, ontem, dedicou o seu discurso exatamente a isso, a fomentar essa forma de desenvolvimento real sem que o estado seja aquela escora, sem que o estado possa ser aquele ente em que todos vivem, mas ninguém faz nada pela sociedade como um todo. Cada um na sua área e nós aqui, como Parlamentares, na fiscalização dos gastos públicos, no fomento de propostas que possam gerar emprego e renda, no atendimento à nossa juventude e fundamentalmente trabalhando pela população como um todo. É só assim que vamos melhorar a nossa imagem. A nossa imagem não melhorará apenas com propaganda, é preciso mostrar o que fazemos com o sentimento da população. A população precisa sentir que nós temos razão de existir. Senão, tenho dito, Deputado Chico Vigilante – V.Exa. que volta a esta Casa e tem uma trajetória extraordinária –, se não trabalharmos assim, a próxima eleição não será mais para votar nesse ou naquele candidato, nessa ou naquela candidata, será para dizer se precisa ou não haver uma Casa Legislativa no Distrito Federal, lamentavelmente.

Então, eu quero unir-me ao debate da lei das micro e pequenas empresas. Ainda hoje de manhã, tive uma conversa com o Secretário Dirsomar, o Secretário das Micro e Pequenas Empresas, que tem muito interesse no debate do tema.

Parabéns! Estamos juntos. Sr. Presidente.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Leite.

Concedo a palavra ao Deputado Rôney Nemer.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres pares, imprensa, pessoas da galeria, funcionários da Casa, eu queria aqui brevemente relatar a questão do albergue.

Encontra-se aqui a presidente Telma, que foi candidata a Deputada, bem votada nas urnas, e o vice-presidente Nequinho, como oradores daquela região Arniqueira, Taguatinga. Parabenizo o Deputado Olair Francisco e o Deputado Chico Leite. A saída do albergue daquela localidade é uma luta dos moradores, e efetivamente já está toda cercada por moradias. Realmente, urbanisticamente falando, é conflituosa essa relação.

No Governo anterior, já foram estudadas outras áreas para se construir esse albergue. Foram propostas algumas áreas: primeiro, se propôs uma área na Avenida Vargem da Benção, no Recanto das Emas. A Deputada Eliana Pedrosa era Secretária, à época. Eu estive com ela e fiz a mesma argumentação. Não tem como, porque não há um controle dessas casas de passagem. Por mais que quem milita nessa área social diga que consegue controlar quem entra e quem sai, para quem mora ali perto é complicado. O imóvel daquela pessoa é depreciado quando se instala uma casa de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

passagem. Sendo bem franco, não é preconceito não, é porque as atividades e as frequências que começam a se originar ali naquela casa de passagem trazem problemas para aquelas famílias que moram ali. Nós temos que pensar nas famílias que estão nas ruas, mas também nas que estão em suas casas, em todos, nos desdobramentos das ações.

Foi proposta uma área entre o Recanto das Emas e o Riacho Fundo II, na beira da BR-060, onde se está construindo uma unidade da Polícia Civil. Ali era tranquilo, a moradia mais próxima estaria em torno de 500 metros de distância. Não que quem estivesse ali na casa de passagem tivesse algum problema de estar perto das residências, mas acaba trazendo algum tipo de visita e não há um controle total.

Há outra opção para que essas casas de passagem fossem depois da BR-060, depois do Recanto das Emas, da parte urbana. Foram feitas quatro opções. Eu digo aos moradores que estamos nessa luta. É importante, são mais de 20 mil assinaturas de moradores. Não se trata de preconceito, uma coisa que eu não gosto de fazer é "preconceituar" nada. O preconceito é uma coisa ultrapassada, não cabe mais, estamos no século XXI, ninguém está "preconceituando" nenhum tipo de credo, de opção sexual, de religião, nada disso. Mas, efetivamente, tem que ser bom para os dois lados, porque a casa de passagem, no caso o albergue, precisa estar instalado em um local de fácil acesso, com ônibus, com toda infraestrutura, mas também não dá para ele ficar instalado em um núcleo habitacional. Já se provou, lá em Taguatinga, que essa proximidade é conflituosa, causa problemas.

Com certeza, esta Casa irá participar, irá discutir o assunto. Eu espero que a Comissão de Assuntos Fundiários trate essa questão com carinho. Inclusive, o meu nome foi indicado pelo meu bloco para participar como membro da CAF. E o que espero é que nós possamos trabalhar e contemplar todo esse adensamento urbano que foi feito ao redor daquele local. São famílias que estão no anseio de que esse equipamento público seja removido dali o mais breve possível, para o bem de todos que lá estão. Afinal, há pessoas que vivem no albergue há muitos anos e dali nunca são retiradas. Mas é uma casa de passagem, e não casa fixa. Não é mesmo, Deputada Eliana Pedrosa? V.Exa. que já foi Secretária sabe que há pessoas que estão lá há anos. Se é casa de passagem, é preciso que haja um prazo máximo para essas pessoas ficarem lá.

Quero solidarizar-me com vocês que estão aqui com este pleito e dizer que podem contar, acredito, com os 24 Parlamentares; não sou líder de todos, mas acredito nisso, porque esta Casa nunca se furtou a esses temas que são importantes para a sociedade.

Encerro colocando algumas questões que estamos enfrentando do ponto de vista do Governo, Deputado Wasny de Roure.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Portanto, eu gostaria de fazer um pedido a V.Exa., como Líder do Governo, pois há situações nevrálgicas com relação às administrações, como aprovações de projetos, diretores de obras, gerentes de licenciamento, que são cargos ocupados por arquitetos e engenheiros e que não estão sendo nomeados. Está tudo parado. Nada funciona.

Os empresários querem tirar um alvará de funcionamento, querem aprovar um alvará de construção; o morador quer aprovar um alvará de construção, quer aprovar o seu projeto de obra, e não há profissionais para isso. Portanto, é necessário que se dê celeridade às nomeações desses cargos, que são vitais. Não que os demais não sejam, mas, por exemplo, se eu estou fazendo uma reforma na minha casa e dou entrada na administração, eu não posso fazer, porque não tem ninguém para aprovar. Se eu quiser tirar um habite-se, não posso, porque não tem ninguém para assiná-lo. E quero dizer o seguinte: quem pode mais, pode menos. Nas administrações que não nomeiam, os próprios administradores deveriam assinar. O que não pode é, por exemplo, eu chegar lá para pegar o alvará de construção da minha casa, em que dei entrada com tudo correto, e ouvir o seguinte: “Não posso entregar, porque não há quem assine”. Isso é muito ruim.

Portanto, peço a V.Exa., como Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure, que faça essa gestão junto ao nosso Secretário do Governo, Paulo Tadeu, para que nomeie, o mais rápido possível, essas pessoas responsáveis pelos licenciamentos, alvarás, enfim, pessoas com cargos-chave que são responsáveis por essas assinaturas.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Benedito Domingos.

DEPUTADO BENEDITO DOMINGOS (PP. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, imprensa e visitantes, eu gostaria aqui, em poucas palavras, de parabenizar o Deputado Chico Vigilante por ter tomado a iniciativa de propor uma CPI do Pró-DF.

Digo isso porque no ano 2000 meu filho tinha uma pequena empresa, postulou um terreno na Área de Desenvolvimento Econômico – ADE de Águas Claras e recebeu um lote de 260m², menor que um lote residencial. Na época eu era vice-governador do Distrito Federal, mas não usei da influência do meu cargo para exercer uma ingerência junto à Secretaria de Desenvolvimento Econômico para dar a ele um lote de dois, três ou cinco mil metros quadrados. Ele recebeu uma área que correspondia ao tamanho da sua empresa, onde ele se encontra hoje estabelecido. Nunca usei o meu cargo, em nenhum momento, para fazer ingerência em benefício de qualquer familiar meu. Como vice-governador, eu poderia muito bem interferir e dar ao menos mil ou dois mil metros quadrados, mas não; o lote que ele recebeu foi proporcional ao tamanho da empresa dele. E por incrível que pareça – por ingerência



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

política, quando eu tomei a decisão política contrária, na época –, o processo dele sumiu de dentro da Secretaria, e só agora, quase dez anos depois, é que ele está conseguindo legalizar a documentação daquela pequena área. Então, eu acho que é muito oportuno ter se tomado essa iniciativa. Eu tive o prazer de assinar junto com os demais Parlamentares. Eu acredito que há muitos comentários, muitos boatos que precisam ser esclarecidos.

Ademais, Sr. Presidente, eu gostaria também de trazer um problema que está acontecendo, que é a questão dos alvarás de funcionamento. Foram cassados os alvarás de 70 mil empresas aqui na cidade. Brasília é muito complexa. Quem não conhece os problemas dela? Quem já passou por administração regional sabe disso. Nós temos uma diferença muito grande entre o Plano Piloto, que foi projetado e organizado, e as nossas cidades satélites. Há o caso de garagem que foi fechada, transformada em pequena loja e já está assim há dez, quinze anos com a pessoa trabalhando. De repente, vai lá a Agência de Fiscalização do Distrito Federal – Agefis e simplesmente interdita aquele estabelecimento.

Há os assentamentos cuja parte fundiária não está legalizada ainda. Foram divididos, na época, em dois tipos para que pudéssemos dar a licença de funcionamento: aqueles que estavam passíveis de legalização e os legalizados. Só que os passíveis de legalização ficaram com mais benefícios do que os legalizados, pois dos legalizados se exigia uma carta de habite-se e uma série de circunstâncias. Por exemplo, quando uma pessoa aluga uma loja e gasta ali o seu capital com as instalações, ela precisa do habite-se, mas o dono não tem. O resultado é que o inquilino, que está ali sofrendo, pagando aluguel e, além de tudo, gastando dinheiro nas instalações, fica meses sem saber o que fazer. Esta Casa tem que tomar uma providência urgente para encontrar uma solução.

É muito fácil fechar um estabelecimento, mas as consequências com o desemprego e com os recursos necessários para cumprir com as obrigações daquela empresa... E o Brasil é um país muito complicado. Há pouco tempo, li numa reportagem que dentro de São Paulo há 500 mil residências ilegais. Não temos no País um paraíso, estamos lutando pela legalização. Então, que haja o entendimento, que haja uma situação entre Ministério Público, o Governo e esta Casa para encontrarmos uma solução urgente, a fim de que esses empresários não sofram as consequências daquilo pelo qual eles não são culpados. Culpado é o estado, que não fornece uma lei em que eles possam se basear a fim de ter essa documentação efetivamente correta.

Por isso, Sr. Presidente, ficam aqui minhas palavras e meus agradecimentos. Peço a V.Exa. que, juntamente com o nosso Líder de Governo, agilize junto aos nossos secretários, a fim de encontrar imediatamente uma solução para não trazer essa grande dificuldade, principalmente para os micro e pequenos empresários. Como aqui foi falado, é muito necessário que eles sejam socorridos e amparados pelo estado.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Benedito Domingos.

Concedo a palavra ao Deputado Professor Israel Batista.

DEPUTADO PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PDT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Cumprimento a Mesa, os Srs. Deputados, agradeço a presença do Sr. Secretário de Trabalho do Distrito Federal, Glauco Rojas. Quero, também, agradecer imensamente a presença do Sr. Secretário de Trabalho de Porto Alegre, Sr. Márcio Bins Ely. É muito honra recebê-los aqui.

Eu queria dizer que estamos na véspera do dia mais importante do ano. O dia mais importante do ano é o dia 10 de fevereiro. Eu queria perguntar aos colegas se sabem por quê.

(Intervenção fora do microfone)

DEPUTADO PROFESSOR ISRAEL BATISTA – Nada disso. Isso se torna insignificante perto do que significa o dia de amanhã. Deputado Chico Vigilante, amanhã é o dia da volta às aulas, e não existe nenhuma data mais importante que essa no Calendário do Distrito Federal. É um dia tão importante que eu sugiro ao Governador que faça um pronunciamento de boas-vindas aos estudantes, mesmo com as escolas na situação em que estão, Sr. Presidente, e que, neste pronunciamento, o Sr. Governador faça a promessa de que, se neste ano as escolas não estão adequadas o suficiente para receberem nossos estudantes, até o final deste mandato nossas escolas estarão suficientemente preparadas. Isso seria um grande alento.

Pouca gente sabe que amanhã é esse dia tão importante. Não existe data mais importante que essa. Hoje estamos dando pouca importância à educação. Em alguns países mais antigos da Europa, como a Dinamarca ou a Holanda, os chefes de estado — no caso dos dois países, são rainhas — fazem um pronunciamento de conclamação aos jovens para que retornem às salas de aula. Nesses pronunciamentos, as rainhas desses dois países explicam aos estudantes a importância da escola, e a escola está preparada para receber esses estudantes. Mas, há cerca de quatro anos, o Senador Cristovam Buarque sugeriu ao então Presidente Lula que fizesse esse pronunciamento e nunca obteve resposta. Eu acho que isso deveria ser integrado às cerimônias típicas dos governos, do Poder Executivo. O Governador e o Presidente da República deveriam saudar os estudantes e mostrar aos cidadãos comuns que precisam de rumos – e é o Governo que tem de dar rumos – a importância que tem a educação para o desenvolvimento de um país.

Mas, hoje, a educação oscila nas diversas pesquisas de prioridade para os eleitores sempre entre quarto e sétimo lugar. Sempre, em qualquer pesquisa que se



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

faça, a educação estará como prioridade abaixo da saúde, da segurança e do emprego, mas não existe nem emprego, nem segurança, nem saúde sem educação. O nosso eleitor erra ao fazer a avaliação. E os nossos governos, que têm a missão de conduzir, não o fazem, não esclarecem, não mostram a importância. Em algumas pesquisas, a educação vem em sétimo lugar, perdendo até para o lazer em importância dada pelos eleitores. Isso é muito grave! As escolas precisam ter bibliotecas, computadores, auditórios, pátios, quadras, mas hoje nós temos nos dado por satisfeitos se a escola tiver professores.

Eu quero agradecer muito ao Governador Agnelo porque, no dia em que lançamos a Frente Parlamentar pela Juventude, com a minha amiga Celina Leão, Evandro Garla e outros, nós fizemos alguns pedidos. Primeiro, que no dia 10 de fevereiro, fizesse chuva ou fizesse sol, as escolas estivessem preparadas para receber os estudantes, porque não havia nenhum argumento plausível para que não estivessem. E o Governador prontamente, no dia seguinte, lançou o programa para recuperação emergencial das escolas porque era importante que recebessem adequadamente nossos estudantes. Também no dia do lançamento da Frente, pedimos ao Governador que intervisse imediatamente na Fácil, porque não havia nenhum argumento plausível, administrativo, político ou o que fosse, que justificasse o não acesso dos estudantes ao transporte público para irem à escola amanhã. E ele prontamente interferiu no dia seguinte, tomando as providências necessárias para o reabastecimento dos cartões. Então, parabênizo este Governo.

Mas eu espero muito mais. Eu espero que o Governo termine esses quatro anos de mandato saudando os que visitam a nossa cidade às portas do aeroporto com uma placa: "Brasília, cidade livre do analfabetismo". Isso me agradaria muito. É isso o que espero de um governo de esquerda.

Eu também gostaria muito que, ao final desses quatro anos, os professores se sentissem mais prestigiados. Conversando com a ex-vice-Ministra da Educação da Irlanda do Sul, perguntei a ela por que a Irlanda do Sul tinha dado um salto tão qualitativo na educação e perguntei se isso se relacionava aos salários. A então vice-ministra me disse que não era questão salarial, que os professores ganhavam bem, mas não excessivamente, mas o que tinha feito diferença, Deputada Rejane Pitanga, era na verdade o prestígio que o Governo deu aos professores na forma de tratá-los, como os professores reagiram a esse prestígio e como essa ação do Governo de prestigiar os professores foi educativa para a população para que também respeitasse os professores nas ruas, como antigamente acontecia em algumas cidades, onde o prefeito, o delegado, o juiz e o professor ou o diretor da escola eram considerados autoridades. É preciso resgatar isso, caso contrário, não vamos resgatar a dignidade da educação no Brasil.

Então, só para lembrar aos Srs. Deputados e ao Sr. Presidente, o dia mais importante do ano é o dia 10 de fevereiro, o dia da volta às aulas.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	19

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Professor Israel Batista.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão. V.Exa. tem a palavra por cinco minutos.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde a todos, companheiros e amigos. Eu gostaria de falar aqui, nesta oportunidade, sobre o que Deputado Chico Leite disse, algo que realmente mexe com o nosso dia a dia, a questão da independência da Câmara Legislativa.

Vem sendo noticiada pela grande mídia a questão das comissões. Nós percebemos por parte do Governo uma interferência, sim, uma interferência branca, mas uma interferência na Câmara Legislativa.

Há de se pensar melhor sobre como vamos fazer funcionar a Câmara: se vamos colocar a Câmara como uma extensão do Buriti ou se teremos uma postura mais independente, até porque temos hoje uma Base, talvez nunca vista na história do Distrito Federal, que acompanha o Governador Agnelo.

As opções para as comissões são várias, talvez as restrições sejam poucas. Qualquer que seja a definição das comissões, este Governo tem de estar contemplado. Não podemos ter três tipos de Deputados aqui da Base: Deputados da classe um, Deputados da classe dois e Deputados da classe três. Ou é da Base ou não é da Base. Acredito que desse respeito os nossos Parlamentares precisam, de não serem coagidos, de não serem interpretados como não sendo da Base por terem posições independentes.

O que caracteriza a diferença entre ser e não ser da Base não é votar a comissão que o Governador quer, ou que o Governo gostaria de ter. Ser ou não ser da Base vai muito além disso: é apoiar o Governador diante das dificuldades, diante dos projetos que vierem para esta Casa para serem votados. Essa é a linha que deve cruzar entre quem é e quem não é da Base. Muitos Deputados que estão calados desde o começo do ano gostariam de falar, mas são da Base. Não podemos ter essa divisão.

Então, eu faço um pedido, até porque isso é noticiado na mídia como se fosse natural haver uma interferência do Governo dentro das comissões. Essa interferência não é saudável, não é sadia, não é clara; e como o Deputado Chico Leite disse, nós não teremos uma Câmara respeitada enquanto este Poder não for respeitado como um Poder independente – e não como uma extensão do Buriti. Isso constrange os Parlamentares. Certas horas: “Ah, não, chama o outro, o outro é da Base”. Eu acho que isso está claríssimo para a mídia: quem é Oposição e quem é Situação. Talvez ele tenha as restrições. Restrinja-nos: eu, Liliane Roriz, Eliana Pedrosa; restrinja-nos, mas não pegue Parlamentares e classifique-os: classe um, eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	20

gostaria daquele, eu gostaria daquele outro ou daquele outro. Com isso, a nossa imagem como Parlamentar já começa arranhada.

Para completar a minha fala de hoje, estou com o requerimento da CPI da Saúde. Acredito que não haja nenhum Deputado aqui que não gostaria de assiná-lo, até porque, se nós falamos em herança maldita, em caos total na Saúde, isso há de ser investigado. Acho muito louvável a iniciativa do Deputado Chico Vigilante para haver uma CPI que investigue a questão de empresários, de propina, mas, se nós formos analisar o peso de uma CPI da Saúde – pessoas estão morrendo e continuam morrendo após um mês de governo, na fila –, percebe-se que há um buraco, e ele precisa ser investigado por esta Casa.

Nós estamos aqui hoje com o requerimento para os Deputados que quiserem assinar a CPI da Saúde. É uma proposta minha e da Deputada Liliane Roriz. Acredito que não temos dificuldade em investigar isso em nenhum governo: Governo 99, 98, 2001, 2002, 2010. Mas há de se investigar, porque, enquanto nós não punirmos as pessoas que fazem os grandes desvios públicos, que não estão aqui no Legislativo, nós vamos continuar com a farra. Nós precisamos, sim, investigar. Não adianta colocar processo de estado de emergência se nós não investigarmos. Será um saco sem fundo a Saúde para sempre. Investigação e punição: é isso que eu peço.

Eu gostaria de contar com a assinatura de todos os Parlamentares no nosso projeto.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Eu queria fazer um esclarecimento.

Deputada Celina Leão, no pronunciamento de V.Exa., foi dito que houve – ou está havendo – uma interferência do Governo nas comissões do Poder Legislativo. Eu só queria informar que hoje houve uma reunião da Base do Governo e eu estive presente nela como membro da Base do Governo, como Deputado, e não como Presidente da Casa. A reunião não foi dentro das dependências da Câmara Legislativa. Eu já participei da Oposição, da minoria, e respeito a Oposição, assim como respeito a Base do Governo, e vou continuar agindo assim. E vou continuar dirigindo a Casa com a ajuda dos 24 Parlamentares com muita autonomia e independência, sem nenhuma interferência do Poder Executivo aqui no Poder Legislativo.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma notação: Mario de Andrade disse que é aprendermos com o passado para não repetirmos os mesmos erros no futuro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	21

Eu queria lembrar à Deputada Celina Leão, que esteve aqui na legislatura passada como chefe de gabinete da Deputada Jaqueline Roriz, por quem tenho muita admiração, muito afeto, e que já foi Secretária de Juventude do Governador Roriz – pude participar de alguns movimentos porque aqui fui Coordenador da Comissão Especial da Juventude e fizemos uma série de ações –, que eu tentei junto aos companheiros, aos colegas, no período do Governo Roriz e no período do Governo Arruda, fazer uma CPI da Saúde. Insistentemente. E a Liderança do Governo não deixou, proibiu. Houve caso de Deputado que pôs a assinatura e a retirou. Eu tenho a impressão de que o Deputado Chico Vigilante lembra-se disso. E eu dizia aos colegas: “olha, não é contra isso...” O Deputado Benício Tavares, que é o decano, lembra-se de tudo isso. Sr. Presidente, o pedido da palavra é pela lembrança. Tentamos, mas não conseguimos. Não conseguimos no Governo Roriz, não conseguimos no Governo Arruda. Eu insisti, fui à televisão, fiz o debate aqui. Então, eu queria oferecer, evidentemente, a minha assinatura – toda vez que há indício de autoria e materialidade – e eu queria que tivéssemos a lembrança para fazer isso no futuro, seja Oposição ou Governo.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Esta Presidência informa todos que estão inscritos para usarem da palavra no horário destinado aos Comunicados de Parlamentares: Deputados Joe Valle, Wellington Luiz, Chico Vigilante, Rejane Pitanga, Wasny de Roure, Evandro Garla, Eliana Pedrosa, Dr. Michel, Cristiano Araújo, Liliane Roriz e Washington Mesquita.

Esta Presidência questiona os Parlamentares se alguém abre mão do uso da palavra no horário destinado aos Comunicados de Parlamentares. (Pausa.)

Então, abre mão do uso da palavra o Deputado Evandro Garla.

Neste momento, concedo a palavra ao Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu vejo com muito bons olhos a vontade de todos os Deputados de esclarecer os fatos e de que tenhamos gestões proveitosas e transparentes dentro do nosso Governo. Mas isso de estarmos o tempo inteiro questionando e abrindo CPIs me dá certo receio de não termos onde colocar tanta CPI, porque sou da Terceira Secretaria e eu que cuido desses processos. Então, será complicado. Mas, de qualquer forma, isso é importante. Isso está relacionado claramente com um processo de não termos gestão no Executivo. Nós não temos planejamento no Executivo.

Eu acho que esta Casa deveria, em todos os sentidos, em todas as suas comissões – a comissão que estamos lançando agora, de Governança, Controle Social e Transparência tem isto na sua função básica –, orientar, dar o norte na gestão do Governo. Nós devíamos fazer esse trabalho o tempo inteiro e forçar para que haja transparência, planejamento e que se faça gestão profissional nesse



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	22

processo do Executivo, senão todas as legislaturas serão abertas com aberturas de CPIs e mais CPIs. Não há como, não existe forma de se fazer quando não há critério, quando não há planejamento, quando não há transparência para se fazer as coisas.

E eu gostaria de perguntar se V.Exas. sabem quantos médicos há por habitante no Distrito Federal. Quantas enfermeiras? Quantos técnicos de enfermagem? E quais são os indicadores que dizem, pela Organização Mundial da Saúde, que temos ou não condições de trabalhar a população do Distrito Federal com qualidade na questão da Saúde?

Portanto, eu acho importante votar esse pacote o mais rápido possível, porque temos urgência e estamos vendo muitos doentes morrendo e os hospitais em estado de calamidade, com goteiras nas salas de cirurgia. Inconcebível.

Contudo, eu só queria ressaltar que esse problema não está diretamente relacionado à falta de efetivo. Esse problema está diretamente relacionado à falta de gestão. Isso é muito claro para toda a população e para todos aqueles que entendem desse processo.

Então, eu gostaria que, após votarmos o pacote da Saúde – pois iremos votá-lo porque é fundamental e também é uma urgência da população –, tivéssemos – para termos a segurança de continuar neste processo, inclusive na votação do Orçamento, que será necessária para a melhoria da Saúde do Distrito Federal – aqui na Câmara, Sr. Presidente, o esclarecimento completo e necessário de qual é o plano que será seguido na Saúde do Distrito Federal; de qual é o plano que será seguido na Educação; de qual é o plano que será seguido nos transportes do Distrito Federal, ou seja, qual é o plano de governo.

E, meus amigos, dessa forma, quero dizer claramente que sou Base do Governo, votarei os projetos do Governo, mas preciso, como gestor que sou, das informações básicas e dos indicadores para que eu tenha a segurança necessária para votar e entender que o Orçamento será potencializado, já que recurso é pouco em todos os lugares. Então, era esse o esclarecimento que eu queria fazer.

Agora quero falar e elogiar aqui o Deputado Rôney Nemer e o Deputado Paulo Tadeu pela Lei do Sistema Cicloviário que os senhores aprovaram nesta Casa. Hoje nós temos 42 km de ciclovias definitivas, 75 km em obras e mais 400 km por fazer, Sr. Presidente. E bicicleta, além de ser um transporte limpo, é saúde, é promoção de saúde! O que significa menos investimento na doença, ou na saúde, investindo nas ciclovias.

Então, eu gostaria de ressaltar isso e solicitar a esta Casa que trabalhe para os ciclistas que quiserem possam vir de bicicleta trabalhar e fazer o seu dia a dia, aqui na Câmara Legislativa, com seus estacionamentos de bicicletas e vestiários, espaços destinados para isso, já que está no plano e consta na lei.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	23

Esta Casa tem que fazer com que uma lei aqui aprovada não vire mais uma na prateleira; que leis aprovadas sejam leis concretas e que se realizem para melhorar a qualidade da população do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Joe Valle.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde a todos, colegas Parlamentares, imprensa e demais presentes.

Quero chamar atenção aqui para um fato que tem nos trazido enorme preocupação, principalmente para aqueles servidores que são mantidos, hoje, pelo Fundo Constitucional do Distrito Federal.

Desde 2002, com a edição da Lei nº 10.633, que criou o Fundo Constitucional do DF, o Distrito Federal passou a ter uma determinada independência financeira e orçamentária com relação às áreas de saúde, educação e segurança.

Durante todo esse período, e isso eu posso atestar porque graças a Deus estava à frente do Sindicato dos Policiais Civis, a situação do Distrito Federal ficou muito mais fácil do que era antes. Nós conseguimos, com o Fundo Constitucional constituído, na prática, em 2003, acabar com a política do “pires na mão”. E o que aconteceu? A partir daí, essas categorias, conforme as negociações dos seus representantes, passaram a ter salários, senão ideais, mas razoáveis; o que nos colocou em condições diferentes de outros estados e referência como uma das melhores polícias do Brasil, tanto a Polícia Civil, a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros. Lamentavelmente, a educação não seguiu a nova dinâmica por uma falta de política condizente por parte dos governos, assim como a área da saúde; mas recursos nós adquirimos nesse período.

No ano passado, Deputado Joe Valle, nós fomos surpreendidos com uma postura que a nós Parlamentares e ao cidadão do Distrito Federal pode gerar uma grande preocupação, que foi a interferência do Governo Federal na gestão do Fundo Constitucional do DF. E o mais grave: os representantes do Governo Federal tentaram ludibriar, não só a imprensa, mas a população do DF, como se o Fundo Constitucional fosse um favor da União, quando não é! É um dispositivo constitucional e, como tal, tem que ser respeitado, não cabe essa interferência! Isso é muito mais grave do que impedir o aumento salarial dos policiais civis, dos bombeiros, dos policiais militares! Por quê? Porque a partir daí, se essa prática se estabelecer no Distrito Federal, o DF não vai mais gerir aquilo que é seu! Não é nenhum favor! Nós estamos na Capital da República, portanto, temos que ter a contrapartida da União. A União tão somente paga pelo fato de aqui sediarmos os três Poderes, as embaixadas, onde a Polícia Militar faz muito bem a proteção.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Então, é necessário que esta Casa tenha isso também como bandeira, porque tem que haver autonomia plena do Distrito Federal, e por isso o Governador, eu tenho certeza absoluta, vai lutar também. Essa é uma bandeira do Legislativo, mas também tem que ser uma bandeira do Executivo. E eu tenho certeza absoluta de que, com os planos do nosso Governador, S.Exa. não vai admitir essa interferência.

No ano passado, alegou-se que nós não tínhamos um Governo eleito democraticamente, um Governo legítimo, mas agora não há qualquer justificativa. Eu acho que esta Casa tem que dar todo o subsídio ao Governo do Distrito Federal para que ele possa ter a gestão plena do Fundo, para que ele possa gastar os recursos do Fundo conforme as suas necessidades, e não por interesse do Governo Federal, que, por ter problema com uma categoria A ou uma categoria B, interfere diretamente.

Portanto, companheiros, quero pedir a vocês que nos auxiliem nessa luta e impeçam essa prática maléfica do Governo Federal de interferir naquilo que nós conseguimos com base na Constituição Federal.

Para concluir, eu quero parabenizar a Deputada Liliane Roriz, que é autora do projeto que proíbe a venda aos menores de 18 anos do cachimbo conhecido como narguilé. Parabéns, Deputada. Esse instrumento é um estímulo ao uso de drogas. Aqui no Distrito Federal, aliás, no Brasil, esperam primeiro as coisas acontecerem para depois tomarem providências. Todo mundo sabe como os jovens estão usando esse narguilé. É muito fácil nós descobrirmos. Então, tem que se proibir, sim, a venda. Tem que se proibir a venda, em definitivo! É importante que nós reajamos. Uma das nossas principais bandeiras – esta Casa já mostrou isso – será o combate aos entorpecentes. Nós daremos uma canseira muito grande aos traficantes. É bom que o crime organizado prepare a sua fuga, porque nós vamos colocá-los para fora daqui! E esta Casa vai colaborar com isso.

Parabéns, Deputada. Sua iniciativa é realmente de enorme relevância para o Distrito Federal.

Obrigado, e que Deus abençoe a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu quero aqui, falando como Líder do Bloco PT/PRB e agora falando na condição de Parlamentar nos Comunicados de Parlamentares, comemorar a chegada da Deputada Celina Leão ao bloco de sustentação do Governo. É importantíssima a vinda de S.Exa. para o nosso bloco de sustentação do Governo. Eu quero comemorar. O seu discurso aqui foi da Base do Governo, de quem quer apoiar o Governo.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Deputada, não existe Deputado independente. Existe Deputado que apoia o Governo e existe Deputado que é Oposição, e que é respeitado enquanto Oposição. Eu, que fui Oposição a vida inteira, sempre procurei ser respeitado pelo Governo e vou respeitar os Deputados de Oposição. Não há três categorias de Deputados — um da Base do Governo, um independente e outro da Oposição. Ou é Base do Governo ou é Oposição. Não há meio termo. Isso é assim em todo canto do mundo. Nós temos que partir desse princípio. E quem é Base do Governo arca com os bônus e com os ônus. Não há Base do Governo só na hora dos bônus. Há ônus e bônus. Há vezes em que há muito mais ônus do que bônus.

Eu mesmo paguei um preço muito alto de 1994 a 1998, quando eu era Deputado Federal — tinha sido o mais votado do Distrito Federal e proporcionalmente o mais votado do Brasil —, Deputada Liliane Roriz, e empenhei todo o meu capital político em um projeto em que eu acreditava, Deputado Cláudio Abrantes, que foi o projeto representado pelo Governo do Professor Cristovam Buarque. Eu estava certo em fazer o que fiz. Fiz com convicção. A mesma coisa estou fazendo agora com relação a esse projeto que eu ajudei e que vou continuar ajudando a construir, que é o projeto representado pelo Governador Agnelo Queiroz.

Mas eu sempre digo – e vou repetir aqui – que nunca faço na Oposição o que não posso fazer no Governo. A Deputada Eliana Pedrosa, que me conhece há bastante tempo, sempre soube que o meu posicionamento sempre foi direto. Não há meio termo. Eu só faço na Oposição aquilo que eu posso fazer no Governo. Portanto, eu não posso propor, quando eu sou Oposição, coisas que eu não propus quando eu era governo. É o mesmo comportamento que eu tenho com relação ao Governo do companheiro Agnelo Queiroz. Qualquer irregularidade que acontecer, eu serei o primeiro a denunciar e a pedir providências, porque nós não vamos acobertar nada que seja contra os nossos princípios. Agora, o Deputado Rôney Nemer tem dito muito nas reuniões: “Sou Base, estou aí. Se precisar de votar de madrugada, eu estarei aí de madrugada para votar.” Portanto, aqui não tem Base um, Base dois ou Base três. Aqui tem Base do Governo e Oposição.

Hoje nós fizemos uma reunião com dezoito Deputados da Base do Governo. Se é muito ampla, se não é, isso é uma discussão a ser feita posteriormente. E queremos que mais gente venha efetivamente apoiar o Governo. Agora, sabendo que há bônus e há ônus. Não há só bônus. Tem muita gente que acha bom participar do Governo desde que tenha algum privilégio. Não tem. Todo mundo vai ser tratado do mesmo jeito.

Sr. Presidente, Deputado Patrício, já não podemos mais chamá-lo de Cabo Patrício. Eu acho que foi um erro. Isso era um marca que V.Exa. poderia ter guardado, é uma marca valorosa. Imagine se a Coca-Cola troca de nome. Mas meu amigo Deputado Patrício, a Deputada Eliana Pedrosa falou, e eu acabo de protocolar, em conjunto com a Deputada Eliana Pedrosa — porque agimos assim, rápido, somos rápidos no tiro –, uma indicação que eu espero que se torne uma indicação de toda



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	26

a Casa, pedindo ao Governador Agnelo Queiroz que remeta a esta Casa o projeto das pequenas e médias empresas. Até porque, Deputada Eliana Pedrosa, o Governador Agnelo Queiroz assumiu um compromisso perante os empresários do Distrito Federal. Eu estava presente, sou testemunha, sou fiador e sou cobrador de que votaremos esse projeto no primeiro semestre de 2011.

Deputada Liliane Roriz, eu queria pedir o seu apoio, o apoio da Oposição. Quero pedir o apoio de toda a Base do Governo, Deputado Dr. Michel, para votarmos efetivamente esse projeto, que é fundamental para o desenvolvimento do Distrito Federal. Deputado Benício Tavares, na verdade, nós vamos adequar o Distrito Federal a uma lei federal que já existe e que eu não sei por que raios não foi implantada no Distrito Federal ainda. A quem interessa que ela não seja implantada no Distrito Federal?

Então, eu e a Deputada Eliana Pedrosa estamos pedindo ao Governador do Distrito Federal, companheiro Agnelo Queiroz, que remeta o projeto, se possível ainda nesta semana, para que possamos aperfeiçoar algum erro que tenha porventura no projeto e possamos votá-lo neste primeiro semestre. É compromisso assumido e queremos que seja cumprido.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra à Deputada Rejane Pitanga. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, protocolei nesta Casa um projeto de emenda à Lei Orgânica. Esse projeto tornou-se necessário porque, após a criação da Lei Orgânica e sua absorção por parte de Brasília, por parte da população brasiliense, uma das grandes conquistas, que foi a Fundação de Apoio à Pesquisa, foi transformada e reduzida de 2% para 0,5% da receita tributária. Nós inclusive colocamos 2% da receita corrente líquida para que a Fundação de Apoio à Pesquisa retomasse a sua natureza de ser, que é o fomento, a pesquisa no Distrito Federal.

Caros colegas, não há sociedade que tenha condições de se desenvolver no tempo presente, com todo o avanço da tecnologia, com todo esse aprimoramento que a economia brasileira vem assumindo nos últimos anos, com absoluto descaso com a pesquisa.

Nós sabemos que os programas de bolsa universitária e de inclusão digital são da maior importância, mas não podemos confundir esse recurso que se destina à valorização da pesquisa por pesquisadores da Universidade de Brasília, da Universidade Católica, da FAPESC, que é a Faculdade de Medicina do Distrito Federal, de outras faculdades particulares e conseqüentemente relegar Brasília a ser simplesmente reprodutora de um conhecimento que se desenvolve no exterior ou em centros científicos, como São Paulo e Rio de Janeiro. E não apenas as unidades de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

ensino superior, mas também unidades como a Embrapa, que é uma unidade de conhecimento.

Cabe aqui registrar que a Embrapa, no Governo do ex-presidente Lula, migrou-se para a África, migrou-se para a América Central, levando o seu conhecimento da agricultura tropical e fazendo com que os países de baixo nível de desenvolvimento pudessem se apropriar do conhecimento da agricultura tropical, com novas variedades, com produtividade mais elevada. A Embrapa tem se revelado a grande empresa pública que tem colocado a agricultura brasileira na dianteira e feito com que a pauta de exportação dos produtos agrícolas brasileiros estivesse na dianteira.

Deputado Joe Valle, registro o seu nome porque sei que V.Exa. tem acúmulo nessa discussão. Queremos trabalhar juntos para que possamos retomar. Se a Base de cálculo não é a receita corrente líquida, vamos encontrar outra variável que implique na valorização da pesquisa em Brasília.

Deputada Liliane Roriz, a ciência e a tecnologia foram uma das poucas áreas que a Constituição de 1988 preservou para que pudesse ser indexada ao Orçamento. Se não me falha a memória, é o artigo 211 da Constituição Federal. A ciência e a tecnologia, agora com o programa do pré-sal, vão receber aporte de recursos para dar a este país magnitude e avanço na sua economia e no seu desenvolvimento científico.

Ao concluir as minhas palavras, quero fazer um apelo à Câmara Legislativa, à esta legislatura: o resgate do Fundo de Apoio, da Fundação de Apoio à Pesquisa, restabelecendo os parâmetros de formação de sua receita, para que a pesquisa retome em Brasília com respaldo e valorização.

É aquilo que diz o velho jargão: o barato pode se transformar no caro. Nesse sentido, eu faço este apelo aos Srs. Deputados: ao se depararem sobre a matéria, não se apequenem, não pensem pequeno. Brasília é uma cidade que tem em torno de dois milhões de habitantes e um complexo com uma população do mesmo tamanho ao redor dela.

Nós vimos o que aconteceu com a Codeplan nos últimos anos: era uma unidade com acervo de informações e que fazia o acompanhamento do planejamento urbano e hoje foi sucateada e transformada em matéria de páginas policiais. Retomar a Codeplan é outra tarefa que, sem dúvida nenhuma, será de extrema valia para o resgate do conhecimento científico e das nossas unidades particularmente de pesquisas no Distrito Federal.

Muito obrigado. Peço calorosamente o apoio das Sras. e Srs. Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Raad Massouh.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra à Deputada Eliana Pedrosa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, voltando a esta tribuna nos Comunicados de Parlamentares, quero tecer comentários a propósito da fala do Deputado Chico Leite a respeito dos albergues. Fui Secretária de Desenvolvimento Social e Transferência de Renda nos três primeiros anos do Governo Arruda e durante esse período entendíamos que o tamanho daquele albergue e sua localização eram totalmente inadequados e traziam claro prejuízo àquela população lindeira. E, dentro desse esforço, nós elaboramos projetos de quatro outros albergues menores que, em função da quantidade de pessoas que atenderiam, seriam de mais fácil controle. Além disso, foi feita uma portaria ou um decreto em que se estabeleceu que todas as pessoas que entrassem no albergue passariam primeiramente por uma triagem da Polícia Civil para vermos que tipo de pessoas estava entrando ali. Se eram realmente aquelas pessoas totalmente desassistidas, fruto da injustiça social e que, portanto, necessitavam do apoio do estado para que pudessem reerguer suas vidas, ou se eram meramente pessoas fora da lei que se aproveitavam do albergue para se esconderem da Justiça, trazendo danos à sociedade. E nós tentamos isso. Fizemos o projeto de engenharia. Iniciamos as obras em quatro unidades administrativas. A área ficou demarcada em duas unidades administrativas. As obras do albergue, para que ele fosse descentralizado, tiveram início. Mas, por gestão de Parlamentares das cidades à época – inclusive, tomamos a cautela de colocar esses centros afastados da zona urbana –, não foi possível prosperarem. Fico feliz que agora o próprio Governo, antes Oposição, possa exigir, pedir e lutar para que esse albergue seja remanejado. E eu ofereço a minha contribuição em unidades menores para que tenha eficácia.

Agora eu chamo a atenção por um fato: é que aquela área onde hoje está o albergue é uma área que atrai a atenção da especulação imobiliária. Então eu deixo a minha sugestão também. Aquilo que nós queríamos ter feito no Governo era transformar aquele albergue, aquele espaço em uma área enorme, um restaurante comunitário, um centro de referência de assistência social, para atender a comunidade do Areal, e uma escola, porque a área é muito grande e cabe até uma escola ali, tanto de ensino de educação infantil, quanto de ensino médio.

Então, chamo a atenção dos meus pares porque é importante que o albergue seja deslocado, mas que o estado se aproprie daquela área, que é nobre, e não deixe por conta meramente da especulação imobiliária. Nós sofremos muitas pressões à época quando estávamos à frente da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Também quero fazer registro à fala do nobre Deputado Wasny de Roure sobre as verbas para pesquisa. Na minha formação, sou pesquisadora. Tive oportunidade de criar uma empresa aqui no Distrito Federal de biotecnologia, enfrentando todas as dificuldades. Inclusive, ouvindo da Embrapa, à época, que empresa brasileira não deveria se meter com biotecnologia, Deputado Wasny de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Roure. E eu falei: “Vou denunciar!”. Eu ainda não era Deputada. E a partir daí o presidente da Embrapa me recebeu e os óbices que estavam sendo colocados por esta empresa deixaram de existir. Fico feliz que hoje é uma empresa que oferece talvez o melhor produto de combate à dengue. Não faço mais parte da empresa, que foi incompatível com a minha atividade parlamentar. Não pude mais me dedicar a ela, saí da sua composição societária, mas vejo que, hoje, é uma empresa que prospera e que não morreu, como pensavam algumas pessoas da Embrapa, à época.

No meu primeiro mandato na Câmara Legislativa, um dos meus primeiros projetos foi o da alteração da Lei Orgânica do Distrito Federal, para que esses recursos chegassem à Fundação de Apoio à Pesquisa, para incentivo à pesquisa. Inclusive, clareava a metodologia de cálculo da receita líquida do Governo, para que os valores corretos fossem aplicados em pesquisa. Infelizmente, esta Casa, curvando-se ao Poder Executivo, na época do Governador Arruda, voltou de 2% para 0,5% da receita líquida e mudou os cálculos. A Deputada Celina Leão disse que a Câmara Legislativa não deve se curvar, e estou querendo aproveitar esse exemplo. Não é questão de ser Oposição ou Situação. Há momentos em que nós temos que ver aquilo que é importante para a sociedade, aquilo que faz diferença para a sociedade. Pesquisa faz, porque traz investimento, traz emprego, coloca o País numa posição de ponta e não de subserviência, como muitas vezes ocorre com os países do terceiro mundo ou com os países emergentes, como é dito agora, frente às posições das principais potências mundiais. Então, eu penso que temos, sim, de incentivar a pesquisa. Conte comigo, Deputado Wasny de Roure. Sou Deputada de Oposição, mas estarei com V.Exa. desde este primeiro momento, em que V.Exa. fala que pesquisa é importante. Pesquisa é importante neste país, pesquisa é importante no Distrito Federal.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAAD MASSOUH) – Concedo a palavra ao Deputado Dr. Michel.

DEPUTADO DR. MICHEL (PSL. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa-tarde a todos, boa-tarde aos presentes. Eu não poderia deixar de, neste momento, vir à tribuna mostrar o meu repúdio a respeito de uma entrevista que chegou às minhas mãos, com a qual fiquei estarecido.

Sou oriundo da Polícia Civil e da Polícia Militar. Nós temos aqui em Brasília – não digo a melhor, porque eu seria até inconsequente – uma das melhores polícias que há. Eu não poderia deixar de vir defender as tão briosas Polícia Militar e Polícia Civil. Foi uma entrevista dada pelo Exmo. Sr. Secretário de Segurança. Apesar de eu ser da Base do Governo, digo que não posso admitir determinadas situações. Acho que ele tem que ter respeito pela Polícia Civil, bem como pela Polícia Militar. É um desrespeito o que ele fala aqui na entrevista dada ao jornal *O Estado de São Paulo*. Primeiramente, eu acho que o colega da imprensa não conhece a Polícia Civil e acho



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

que o Sr. Secretário também não está conhecendo a Polícia Civil. Não falo em nome da Polícia Militar porque não tenho procuração, mas da Polícia Civil eu posso falar. A Polícia Civil do Distrito Federal é uma polícia consciente, trabalhadora. Se muito mais não fez, foi porque não tem autonomia plena. Se tivesse autonomia plena, muita coisa teria sido feita. Se houve impunidade, a culpa não é da Polícia Civil, é da Justiça que nada fez, porque as investigações são bem realizadas.

Ele diz na sua entrevista maravilhosa, para quem quer ter holofotes – a Polícia Civil não precisa de holofotes: “Há um mês no cargo de Secretário de Segurança, o delegado federal Daniel Lorenz diz que a era da impunidade acabou”. O que é que a polícia tem a ver com impunidade? Ela faz a investigação, quem pune é a Justiça. Não tem nada a ver o que ele diz aqui. “Nós vamos atrás dos corruptos com operações bem feitas e com provas de qualidade. A partir de agora, se andar errado, pau nele”. É brincadeira! O que é que a polícia tem a ver com isso? Eu fico estarecido ao ver isso. Não posso deixar de registrar aqui, Sr. Presidente, a minha indignação, pois a Polícia Civil não merece isso! A Polícia Civil vem diuturnamente trabalhando para diminuir essa criminalidade. Eu digo aqui a todos que sou da Base do Governo, mas não admito falar sobre aquilo que não é verdade. Se a Polícia Civil não fizesse o papel dela nessa situação, eu seria o primeiro a cobrar! A Polícia Civil vem trabalhando diuturnamente para diminuir a criminalidade, e eu vejo uma situação como essa aqui agora. Continua na fala o Secretário. Diz ele aqui: “O novo xerife” – xerife?! Beleza – “disse ter informações de que a corrupção em Brasília é mais abrangente do que se imagina e sobreviveu à Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal...” Ele não sabe nem onde o galo canta. A Caixa de Pandora começou na Polícia Civil! A investigação começou aqui na Polícia Civil do Distrito Federal! Se alguém foi punido, começou aqui e depois avançou para a Polícia Federal! Começou aqui na Polícia Civil! Não apenas essa investigação, várias outras já foram feitas pela Polícia Civil. Aí vem ele dizendo aqui “que a corrupção em Brasília é mais abrangente...” – aí vai, vai, vai – “que prendeu o ex-Governador José Roberto Arruda em 2010 e indiciou mais de 30 suspeitos, entre Parlamentares e Secretários de Estado. O esquema, batizado de ‘Mensalão do DEM’, corria solto sob o olhar omissivo da polícia local desde a década de 90. Existia na cidade uma cultura de não investigar político”. Mais um equívoco dele.

A Polícia Civil nunca deixou de investigar nenhum crime que fosse de sua competência! Ele está equivocado! Polícia Civil sempre investigou tudo e todos. Se não se chegou a um final que todos queriam, a culpa não é da Polícia Civil, é do Judiciário ou de quem quer que seja; não da Polícia Civil! É muito fácil culpar quem está lá sofrendo e obedecendo às ordens. Por que ele não diz aqui que a polícia não tem autonomia plena? Ele não fala isso aqui!

Fico estarecido também hoje porque ele é Secretário de Segurança do Distrito Federal, e vem sempre fazendo comparações da Polícia Federal com a Polícia Civil. São coisas completamente diferentes! Quem entende de polícia sabe que são



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

coisas diferentes. A Polícia Federal está em nível federal e a Polícia Civil está em nível local. E todas as investigações em nível local foram feitas, todas! E falo com conhecimento de cadeira, por ter 27 anos de polícia. Entrei na Polícia Militar em 1983, fiz concurso em 1985 para a Polícia Civil e fui delegado.

(Assume a Presidência o Deputado Patrício.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Um minuto para V.Exa. concluir.

DEPUTADO DR. MICHEL – Sim, Presidente. Quero dizer ainda mais que aqui ele diz que fará uma corregedoria forte. A Polícia Civil não precisa de corregedoria forte. Ela precisa, sim, de autonomia, porque ela já é forte! Ela já vem trabalhando diuturnamente para conter a criminalidade, cortando na própria carne os policiais que não fazem jus a pertencer à fileira da Polícia Civil. Agora sou pego de surpresa em uma situação como essa. Se eu fosse falar aqui, falaria muito mais. Há mais um trechinho: “A Polícia de Brasília vai atuar com firmeza contra a corrupção...” Ela sempre atuou, sempre atuou! Agora, se mais não fez, é porque ela não tem autonomia, porque ela ainda é polícia de governo. Então, culpado é o Governo, que não a deixava trabalhar, não a Polícia Civil!

Espero, mesmo sendo da Base, que o Governador que hoje aí está deixe a Polícia Civil trabalhar em cima de qualquer corrupto que exista! Agora, colocar a culpa no mais fraco é muito fácil. Espero eu que tiremos daqui uma moção de desagravo contra essa entrevista do Sr. Secretário de Segurança ao jornal *O Estado de S. Paulo*. Isso é inadmissível com a Polícia Civil do Distrito Federal! É inadmissível! E não estou aqui querendo holofotes não, porque, aonde for, defendo a Polícia Civil! Mas, se ela estiver errada, também falo. Agora, nesse caso aqui, é brincadeira. Eu acho que o Sr. Secretário deveria voltar lá para a Polícia Federal, não ficar aqui falando sobre mazelas da polícia que não existem. Ele não conhece a polícia, ele não tem propriedade para falar da Polícia Civil! Ele chegou aqui há um mês, ele não conhece a Polícia Civil!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Cláudio Abrantes.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (PPS. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nobres Pares, boa-tarde a todas e a todos que estão neste plenário. Quero saudar o pronunciamento do nobre Deputado Dr. Michel, antecipando, inclusive, o tema que tratarei hoje nesta tribuna, na mesma linha. Eu quero, antes de tudo, fazer o registro de que, nesse primeiro mês de 2011, nós tivemos a redução significativa de crimes no Distrito Federal, sobretudo na questão dos homicídios. Isso nos mostra, e corrobora a tese do Deputado Dr. Michel, a competência da polícia do Distrito Federal. Se a coisa está acontecendo, se a redução acontece, acontece pela qualidade dos nossos profissionais. Às vezes precisamos de direção? Sim. Mas se não temos um corpo técnico para apurar, para



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

coibir de forma firme e definitiva o crime, não adianta vir delegado da Polícia Federal, não adianta vir magistrado, não adianta vir membro do Ministério Público, porque quem toca a investigação, a repressão ao crime é o policial que está na ponta do sistema, que está investigando, que está combatendo.

Então, eu quero saudar principalmente os policiais do Distrito Federal por essa prestação de serviço que temos hoje no Distrito Federal, que permitiu uma redução significativa dos crimes. Infelizmente, como falou o Deputado Dr. Michel, parece que há certo desconhecimento do Sr. Secretário de Segurança das qualidades, sobretudo da Polícia Civil do Distrito Federal.

Eu quero dizer também que fiquei estarecido com essa entrevista por escutar uma pessoa qualificada na área de Inteligência dizer que a Polícia Civil do Distrito Federal não investiga corrupção, não investiga políticos. Eu quero lembrar ao Sr. Secretário de Segurança que, desde 1992, ou seja, há quase vinte anos, a Polícia Civil do Distrito Federal é protagonista na investigação de crimes políticos. Basta lembrar aqui à imprensa, aos Srs. Parlamentares e à galeria a investigação do caso Ana Elizabeth, que hoje é considerado na literatura forense um dos casos de investigação mais bem trabalhado do Brasil, quicá do mundo. Lembro-me aqui do nosso querido Dr. Julião, amigo do Deputado Chico Leite, que por muito tempo dirigiu a delegacia de homicídios. Ele dizia que o caso Ana Elizabeth, se tivesse acontecido nos Estados Unidos, com certeza se tornaria um filme. Infelizmente, não temos esse reconhecimento, e lamento muito a postura do Sr. Secretário de Segurança ao dizer que a Polícia Civil do Distrito Federal não investiga políticos. Isso é lamentável e só mostra o desconhecimento dele!

Eu quero salientar, Deputado Dr. Michel, que assino prontamente essa moção de desagravo com V.Exa.

Ainda sobre a questão de segurança, eu quero tratar de dois temas. Nós apresentamos a Indicação nº 187 – infelizmente, não temos essa força e só podemos sugerir –, sugerindo, nobre Deputado Chico Vigilante, o retorno das seções de repressão a tóxicos e entorpecentes, que é um tema que tem sido tratado com tanta força neste Parlamento em poucos dias de exercício. Basta falar sobre o trabalho que o Deputado Evandro Garla faz no combate ao *crack*, assim como tantos outros aqui. Hoje nós não temos nas delegacias a seção de repressão a tóxicos e entorpecentes, que foi extinta no final de 2008. Nós falamos sobre essa extinção quando estivemos na suplência em 2009, mas, infelizmente, não conseguimos o retorno dessas seções, uma demanda da população, uma demanda do corpo técnico das delegacias. Hoje as delegacias não têm uma seção específica para tratar da repressão a tóxicos e entorpecentes.

Então, apresentamos essa indicação, sugerindo ao Governo do Distrito Federal que retorne com essas seções, ouça o anseio tanto dos policiais que



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

trabalham com a repressão a tóxicos e entorpecentes, quanto da própria comunidade.

Quantos de nós, ao andarmos nas ruas, vemos – nós, Deputados – as pessoas falando de bocas de fumo e tantas outras coisas? E não há, nas delegacias, essas seções.

Por fim, Sr. Presidente, quero lamentar também a maneira – e, aí, não é uma questão de política pessoal de ocupação de espaço e, sim, da categoria – como foram ocupados os cargos, hoje, de direção da Polícia Civil.

Infelizmente, embora haja previsão disto no Regimento Interno da Polícia Civil, hoje não há um agente de polícia, um escrivão ou um papiloscopista ocupando cargo de divisão, cargo de chefia ou de direção dentro daquela instituição.

Aqui cito a DASG, a DRM e Dimate, que o nobre Deputado Wellington Luiz conhece tão bem. Infelizmente, não há nenhum. Digo isso com todo respeito à classe dos delegados. Todos esses cargos, que poderiam ser ocupados por agentes de polícia, escrivães e papiloscopistas, hoje são ocupados por delegados. Trata-se de um retrocesso em relação ao ano anterior, quando tínhamos diversos cargos de direção ocupados por essas categorias.

Então, estamos aqui manifestando o nosso lamento por essa postura, em que essas categorias perdem espaço dentro da direção da Polícia Civil.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PSC. Sem revisão do orador.) – Quero aqui, Sr. Presidente, aliar-me aos demais companheiros. Acho lamentável, realmente, a postura do Sr. Secretário, que conhece muito pouco a nossa instituição. Como foi dito aqui, no caso Ana Elizabeth, que acabou chegando aos anões do Orçamento, inclusive com a cassação de um Presidente da República, foi essa polícia que começou essa história. Foi essa polícia que investigou a Operação Aquarela e que colocou muitos políticos na cadeia. Agora, se não vamos adiante, é porque temos uma limitação legal. E me parece que o Sr. Secretário, apesar de ser bacharel em Direito, um conhecedor jurídico, desconhece essa matéria. Não se pode admitir que um representante do estado trate uma polícia da forma como está tratando. Isso, nós não admitiremos!

Ele realmente desconhece a história da Polícia Civil do Distrito Federal porque nós não temos 52% de índice de elucidação de crimes violentos não! Nós temos mais de 70%. Deputado Dr. Michel, nós chegamos a 84%! E sabe o que aconteceu?



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Wellington Luiz, qual é a questão de ordem de V.Exa.?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, quero apenas lamentar e pedir que essa questão seja vista pelo Governo do Distrito Federal com olhos de quem realmente se preocupa com a segurança, porque nós, policiais, teremos problemas com o Secretário se ele continuar com esse preconceito contra os policiais.

Isso é lamentável!

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, teremos votação no dia de hoje?

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado, continuamos nos Comunicados de Parlamentares e, ao terminarmos, entraremos na Ordem do Dia. E, aí, depende das lideranças. Vamos dar continuidade, porque temos dois Deputados inscritos para fazer uso da palavra nos Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz.

DEPUTADA LILIANE RORIZ (PRTB. Para breve comunicação. Sem revisão da oradora.) – Boa-tarde a todos. Muito obrigada, Sr. Presidente. Quero dizer, Deputado Chico Vigilante, que o Deputado Wasny de Roure me pediu que fosse breve, para concluir a questão do projeto da saúde, e eu serei.

Quero dizer aos meus colegas também jornalistas que sou Oposição legítima. V.Exa., Deputado Chico Vigilante, bem sabe disso! E, embora eu seja essa Oposição legítima, Deputado Wasny de Roure, Deputada Rejane Pitanga, Deputado Patrício, Deputado Chico Leite, vejo que é de grande importância para a capital da República, hoje, resgatar a credibilidade no sentido de que a questão da saúde no Distrito Federal é muito importante, é de gestão pública. Espero que o Governador do Distrito Federal ajude o Secretário de Saúde, como prometeu em campanha – foi como ele disse –, a estar na frente, Deputado Chico Vigilante, na Secretaria de Saúde.

Todos os Deputados assinaram para que o projeto do Governador seja encaminhado, embora com algumas ressalvas feitas por esta Casa. Houve alguns ajustes. A equipe técnica, por vários dias, esteve envolvida nesse projeto. Parablenzo a todos, porque foi muito importante. A equipe técnica, junto com o Deputado Wasny de Roure, comigo, com a Deputada Eliana Pedrosa, a Deputada Celina Leão e o Deputado Agaciel Maia, estávamos na reunião, Sr. Presidente. Sou Oposição, mas sou a favor da saúde da nossa capital. Existem crianças, idosos, pessoas nas filas das



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	35

UTIs, em todos os hospitais do Distrito Federal morrendo, e sou completamente a favor da urgência desse projeto.

Gostaríamos que, depois de encaminhado esse projeto, as coisas andassem. Que se deem passos largos. Não adianta fazer uma grande paralisação na Casa e não haver a gestão do próprio Governador no sentido de que a Saúde recupere todos os hospitais e coloque todos os servidores de que se precisa – médicos e demais servidores.

Sr. Presidente, eu gostaria de comunicar que dei entrada, na Casa, a vários projetos de lei que podem ser de grande importância para a população do Distrito Federal. Um deles, Sr. Presidente, proíbe a venda do narguilé. Trata-se de um cachimbo de água que produz uma fumaça. Hoje essa fumaça equivale a mais do que cem cigarros por dia. Isso é vendido aos nossos adolescentes, menores de 18 anos, que não sabem que o narguilé faz parte da cultura muçulmana e que não é usado da forma como está sendo usado no Distrito Federal.

Não sei dos outros Estados, mas, a partir de uma matéria veiculada na *Rede Globo*, no *Jornal Nacional*, que foi ao ar há alguns dias, acredito que Brasília, hoje, é a cidade que traz, em primeira mão, uma lei que proíbe esse uso inadequado do narguilé, que pode pôr em risco a saúde dos adolescentes, pois pode causar doenças. Precisamos ficar muito atentos a isso. Todos aqui devem ter filhos e estar certos de que isso é uma coisa muito ruim para os nossos adolescentes, que podem fazer uso disso com drogas. Esse projeto fala muito bem dessa proibição do narguilé.

Antes de encerrar, quero falar a respeito de uma resolução de um projeto sobre a cultura de artistas locais da nossa cidade, que precisam ser prestigiados. Achei de bom tom que as nossas paredes e todos os locais da Câmara Legislativa sejam preenchidos com obras de artistas locais, artistas de várias cidades, da nossa cidade, prestigiando todos eles.

Ontem, eu tive a satisfação de ouvir outra brilhante ideia do Deputado Cláudio Abrantes, que me disse que, dentro desse projeto, gostaria de apresentar outra resolução dizendo que durante o período de férias se pudessem realizar festivais para as crianças. Isso para envolver a Câmara Legislativa em algo mais harmonioso e que traga a população para esta Casa, mostre os nossos talentos, divulgando-os. É muito difícil, hoje, espaços gratuitos para os nossos artistas terem um retorno das suas obras, porque os artistas de hoje enfrentam uma dificuldade muito grande para vender as suas obras. É importante também o paisagismo. Sr. Presidente, eu acho que V.Exa. até já mandou limpar o que seria um espelho d'água e que estava cheio de lama. Seriam muitos jardins. Brasília é uma cidade belíssima e que hoje tem flores belíssimas. Eu acredito que tudo isso hoje tem a ver com o carinho que temos pela cidade. Esperamos que o povo do Distrito Federal saiba que a Câmara Legislativa recebe os nossos artistas, os nossos paisagistas, com carinho, abrindo esse espaço. Então, quero deixar esse registro.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Parabenizo o Deputado Wasny de Roure ao se referir à Embrapa, centro de pesquisa que é referência internacional, pois o Brasil precisa credenciar mais pesquisadores. Indo além, eu quero falar sobre o CNPQ, órgão a que se referiu o Presidente Lula, logo no término do seu mandato, quando inaugurou um prédio do centro de pesquisa. Em seu pronunciamento, o ex-Presidente Lula disse que era importante que se trouxesse de volta os nossos grandes pesquisadores que foram embora do Brasil.

Portanto, eu acho isso muito importante. Estou aqui para colaborar e ajudar a criar novos projetos de lei que sejam executados por esta Casa.

Muito obrigada.

Até a próxima.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra ao Deputado Washington Mesquita.

Os concursados da Polícia Militar que estão aguardando serem chamados, sejam bem-vindos a esta Casa, à galeria deste plenário.

DEPUTADO WASHINGTON MESQUITA (PSDB. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Deputado Patrício, Sras. e Srs. Parlamentares, quero parabenizar aqui, como cristão, católico, apostólico romano, a postura e a honradez do Governador Agnelo Queiroz, que nesta manhã prestou homenagem singela ao ex-Cardeal Arcebispo de Brasília, Dom João Braz de Aviz, que recebe uma missão perante a Santa Sé, em Roma. Dom João esteve por sete anos como administrador apostólico de Brasília, à frente da arquidiocese, desempenhando um papel fabulante, mas, principalmente, cuidando do rebanho a ele confiado e da família brasiliense. A Dom João, o nosso agradecimento, as nossas congratulações. Pedimos que Deus continue o abençoando e o amparando e que ele possa continuar dando o seu testemunho de fé, mas, acima de tudo, de verdadeiro servo da vinda do Senhor.

Quanto à ida do ex-candidato a presidente da República José Serra ao Congresso Nacional, quero dizer que é direito constitucional dele. E está amparado pelo artigo 5º da Constituição Brasileira: a livre manifestação. Ele esteve lá simplesmente como Líder do PSDB, em compromisso com os 44 milhões de brasileiros que votaram nele neste último pleito, e, acima de tudo, cobrando da sua bancada de Oposição, dos seus pares, um apoio ao aumento salarial de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para os trabalhadores do nosso país. O PSDB não se furtará aos debates, o PSDB não se furtará à posição de contribuinte para que possamos ter uma sociedade mais justa, para que possamos amparar os trabalhadores no dia a dia. Agora, não é por que ele perdeu as eleições, não é por que ele foi derrotado pelas urnas, não é por que a população do nosso país escolheu a Presidenta Dilma Rousseff que ele ficará trancado em casa sem nada fazer. Ele é muito jovem, competente, um líder, tem uma importância e uma responsabilidade para com a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

nossa nação, e eu espero que ele continue com essa altivez, com essa responsabilidade, cumprindo o seu papel e dando a sua contribuição.

Quanto aos concursados da Polícia Militar, eu entendo que a nossa polícia em Brasília tem uma defasagem de mais de seis mil homens no seu quadro efetivo. Portanto, vocês têm o apoio do Deputado Washington Mesquita, têm o apoio do PSDB. Eu acho que chegou a hora do livre direito de vocês, de vocês serem chamados, sim, para cuidar não só da segurança da nossa cidade, mas para darem um amparo legal ao direito de ir e vir às sociedades brasileiras.

Era o que eu tinha a falar nesta tarde. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Está encerrado os Comunicados de Parlamentares.

Consulto os Líderes, já que temos doze vetos obstruindo a pauta, se há acordo e consenso para que entremos na pauta de votação a fim de votarmos os itens seguintes aos vetos.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (Bloco Avanço Democrático. Como Líder. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, da parte do Bloco Avanço Democrático, há acordo para que possamos ultrapassar os vetos e votar o importante pacote da Saúde.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (Bloco PSL/PTC/PMDB/PSC. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Pelo nosso Bloco, também há acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (Bloco PT/PRB. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo Bloco PT/PRB, seis Deputados, estamos de acordo em que ultrapassemos os vetos e possamos votar esse importante pacote.

Agora, é uma coisa que precisa ficar absolutamente clara: estamos fazendo um acordo, estamos superando o Regimento e fazendo um acordo. Isso é importante, Deputado Patrício, porque quando éramos Oposição fazíamos assim; então, vamos continuar fazendo do mesmo jeito agora que somos Governo.

Eu queria pedir um minuto a V.Exa. para dizer duas coisas. Primeiro, é um esclarecimento: o Serra não foi convidado ainda, o Itamar Franco ainda está ameaçando de convidá-lo. Portanto, ele não foi ainda ao Senado.

Segundo, eu fui procurado por uma comissão de companheiros que fizeram o concurso da Polícia Militar. Entrei em contato com o Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal, Dr. Rogério Leite Chaves, e com o Comandante da Polícia Militar do Distrito Federal, porque é preciso que o Comandante provoque a Procuradoria, que tem o compromisso de fazer um estudo, e será rápido, sobre a legalidade da contratação.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

Deputado Patrício, V.Exa. é policial e sabe que o nosso Governo não irá cometer nenhuma ilegalidade. Portanto, estamos empenhados nesse assunto para encontrarmos a saída legal para que aconteça a contratação. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. A assessoria de V.Exa. está correta. A Procuradoria irá se pronunciar, mas a assessoria jurídica do Governador já disse que não há nenhum óbice, que há condições de o prazo ser prorrogado, e que eles serão convocados.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RÔNEY NEMER (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós temos aqui um crédito que está sendo aprovado, que é importante, de 27 milhões na Lei Orçamentária Anual. Agora, houve um compromisso e algumas emendas nossas foram vetadas. O compromisso firmado foi de que, no primeiro crédito que fosse encaminhado a esta Casa por parte do novo Governo, aquelas emendas vetadas de forma equivocada seriam compensadas. Eu quero saber se será mantido esse acordo por parte do Governo, Deputado Wasny de Roure, e, se não for mantido, se no próximo virá, ou até quando, porque temos eventos. De minha autoria, nove emendas sumiram, sumiram, não foram aprovadas aqui, foram para lá.

Então, eu gostaria de saber, Deputado Wasny de Roure, pois há emendas de todos os Parlamentares que estavam na antiga legislatura e de outros que não foram reeleitos, qual será a postura, se será nesse crédito ou em um próximo que virá.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA ELIANA PEDROSA (DEM. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, também todas as minhas emendas de relatoria desapareceram do processo. Houve um erro, assumido na própria CEOF, que depois não as relançou naquelas modificações que fizeram. E, se houvesse oportunidade de correção, eu também gostaria, porque são emendas importantes.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Com certeza.

Concedo a palavra ao Líder do Governo, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero manifestar minha solidariedade aos concursados da Polícia Militar. Também estaremos nesse *front* da defesa.

Em segundo lugar, quero dizer ao Deputado Rôney Nemer e à Deputada Eliana Pedrosa que o Governo já encaminhou um projeto, já está protocolado nesta Casa. Estamos tratando desses compromissos. Eu acho que os colegas já poderiam examinar a proposta que está tramitando nesta Casa e nos adiantar o trabalho. A cidade espera que possamos votar esse projeto, porque ele é de extrema



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

importância para a Saúde do Distrito Federal. Naturalmente os colegas devem, com responsabilidade, com cuidado, apontar e cobrar o correto do Governo. O Governo está debatendo o assunto, tanto é verdade que já encaminhou um projeto nessa direção.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PTB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na ausência do meu Líder, Deputado Aylton Gomes, pelo Bloco Democrata Progressista, há acordo para superarmos os vetos e votarmos os dois itens de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Cristiano Araújo, V.Exa. é o vice-líder do Bloco. O Deputado Aylton Gomes se encontra em licença médica.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PMN. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a leitura do art. 72, § 2. Já temos quatorze assinaturas para a CPI.

Quero parabenizar os amigos aprovados no concurso. Estamos juntos!

Obrigada, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, V.Exa. poderia repetir a questão de ordem.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, eu gostaria que V.Exa. fizesse a leitura do pedido da CPI, conforme o art. 72, § 2 do Regimento Interno.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputada Celina Leão, o pedido foi protocolado. Amanhã será lido no Expediente, na abertura da sessão, e automaticamente estará aberta a CPI. Já temos o rito normal com mais de oito assinaturas.

Dá-se início à

ORDEM DO DIA.

Apreciação, em bloco, dos seguintes itens:

Item nº 13:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 4, de 2011, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “parabeniza o Padre Francisco José Leite Jacó pelos relevantes serviços prestados à comunidade católica da cidade de Planaltina”.

Item nº 14:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	40

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 5, de 2011, de autoria do Deputado Prof. Israel Batista, que “manifesta votos de louvor e parabeniza pelos relevantes serviços prestados à Brasília, a atleta paraolímpica Shirlene Santos Coelho”.

Item nº 15:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 185, de 2011, de autoria dos Deputados Chico Leite e Olair Francisco, que “requer a transformação da Sessão Ordinária de 24 de fevereiro de 2011 em Comissão Geral para debater a situação do Centro de Albergamento Conviver – CEACOM – em Águas Claras – RA XX”.

DEPUTADO JOE VALLE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JOE VALLE (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído na Ordem do Dia o requerimento para a audiência pública de terça-feira. Ele foi lido ontem. Amanhã provavelmente teremos a eleição das comissões. A audiência será na terça-feira pela manhã.

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Deputado Joe Valle, eu tenho que consultar os Líderes, até porque, se eu abrir o pedido para V.Exa., os demais Parlamentares também vão solicitar. Temos projetos importantes para serem votados e a pauta poderá ficar muito extensa. Vou perguntar aos Deputados. Peço a compreensão de V.Exa. porque é preciso que os Líderes concordem para que possamos fazer a votação.

Em discussão as moções e o requerimento. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e o requerimento estão aprovados com a presença de 17 Deputados.

Consulto os Líderes para saber se há acordo quanto à solicitação do Deputado Joe Valle para incluirmos o requerimento na Ordem do Dia da sessão extraordinária para votação. (Pausa.)

PRESIDENTE (DEPUTADO PATRÍCIO) – Como não houve ninguém contrário, está acatada a solicitação do Deputado Joe Valle.

A Presidência vai encerrar os trabalhos, convocando sessão extraordinária a realizar-se imediatamente após esta para apreciação dos seguintes projetos:



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 02 2011	15h15min	5ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Item nº 1 – Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 85, de 2011, de autoria do Poder Executivo;

Item nº 2 - Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 86, de 2011, de autoria do Poder Executivo;

Item nº 3 - Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 87, de 2011, de autoria do Poder Executivo;

Item nº 4 - Discussão e votação, em 1º turno, em regime de urgência, do Projeto de Lei nº 88, de 2011, de autoria do Poder Executivo;

Discussão, em turno único, do Requerimento nº 178, de 2011, de autoria do Deputado Joe Valle.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17h46min.)

Este texto não substitui o publicado no *Diário da Câmara Legislativa*
nº 48-Suplemento, de 16/3/2011